

**CARTA PEDAGÓGICA AOS GAÚCHOS E ÀS GAÚCHAS:
é preciso esperar**

Cleiva Aguiar de Lima¹
Maria Elisabete Machado²

Eu sou do sul,
É só olhar pra ver que eu sou do sul,
A minha terra tem um céu azul,
É só olhar e ver
Elton Saldanha, 1994.³

Pessoas queridas!

Esperamos encontrá-las bem, fortes e resilientes tendo em vista a maior catástrofe climática que assolou o Rio Grande do Sul este ano. Impossível iniciar esta Carta Pedagógica sem lembrar das consequências atuais e vindouras de tamanha tragédia. Consequências múltiplas e complexas, tanto no sentido local quanto regional.

Nós estamos bem, na medida do possível, pois nossas residências não foram prejudicadas diretamente pelas enchentes. Porém, de alguma maneira fomos afetadas e ficamos sensibilizadas diante do ocorrido. Nos causou tristeza e sensação de impotência acompanhar as notícias na mídia que mostraram tantas perdas e prejuízos. Foi e está sendo muito sofrido! Em contrapartida, ver tanta solidariedade nos deu alento e a certeza de que vamos superar tudo isso. Desde já aproveitamos para expressar nossa solidariedade e deixar nosso abraço mais fraterno.

É preciso esperar!

Ao escolher escrever esta missiva e abordar a tragédia que assolou/assola o estado do Rio Grande do Sul, agravando a atual crise social e ambiental, ou socioambiental como preferimos, a intenção aqui não é exaurir o tema. Tampouco, fazer um tratado sobre as questões envolvidas. Queremos demarcar nossa preocupação e trazer nosso olhar diante do ocorrido,

¹ Professora titular aposentada do Campus Rio Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS. Possui Mestrado e Doutorado em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2004 - 2011). Graduada em Ciências Licenciatura Plena Habilitação Biologia pela Universidade Federal do Rio Grande (1987), em Ciências Licenciatura de 1º Grau pela Universidade Federal do Rio Grande (1985). E-mail de contato: cleivacti@gmail.com

² Licenciatura em Pedagogia, Mestrado na Formação e Práticas em Educação e Doutorado em Teorias e Cultura em Educação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail mmelisabete@yahoo.com.br.

³ Disponível em <https://www.letras.mus.br/os-serranos/162846/> Acesso em 24 jun. 2024.

bem como expressar nosso apoio ao povo gaúcho. Escolhemos a escrita de uma Carta Pedagógica pelo que ela encerra de mais genuíno. Primeiro, por ser na perspectiva de Freitas (2021, p. 6) “um conceito específico do legado de Freire”. Além disso

A carta, como um instrumento que exige pensar sobre o que alguém diz e pede resposta, constitui o exercício do diálogo por meio escrito. Por isso, referir-se às cartas pedagógicas implica referir-se ao diálogo, um diálogo que assume o caráter do rigor, na medida em que registra de modo ordenado a reflexão e o pensamento; um diálogo que exercita a amorosidade, pois só escrevemos cartas para quem, de alguma forma, nos afeta, nos toca emotivamente, cria vínculos de compromisso (Vieira, 2010, p. 65).

Portanto, ainda que estejamos nos dirigindo aos gaúchos e gaúchas indistintamente, o que pode dar a ideia de um distanciamento, na verdade demarca uma proximidade com todos e todas que, assim como nós, vivem no mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico – o Rio Grande do Sul. Registraremos deste modo nossas considerações acerca do papel da Educação diante do ocorrido, com toda a amorosidade possível.

É preciso esperar!

Esta ideia força - o esperar, nos acompanhará ao longo desta Carta Pedagógica. A sua repetição objetiva ratificar a necessária esperança para enfrentar a realidade. Como educadoras que somos, temos na esperança uma categoria que nos impulsiona a acreditar e lutar por dias melhores.

Nunca a Educação Ambiental, na perspectiva da Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental de Tbilisi, realizada em Estocolmo há 47 anos atrás, precisou estar tão presente. O ambiente, que necessita ser considerado em seus múltiplos aspectos: científicos, culturais, ecológicos, econômicos, éticos, estéticos, geográficos, históricos, políticos, sociais e tecnológicos, foi direta e brutalmente afetado. Se por um lado, disso decorreu/decorre uma grave ameaça à integridade humana e ao ambiente natural, por outro, mostrou/mostra a força e a potência da humanidade e da natureza. Dois aspectos que representam um paradoxo, mexem com as mais profundas emoções e nos estimulam a reflexão. Concordam?

Perante a gravidade do momento atual, pedimos licença para a longa citação que segue. Genebaldo Dias, ao comentar a primeira finalidade da Educação Ambiental (EA), expressa no documento da Conferência aos países membros, realizada em 1977, em Tbilisi, afirma:

Não se pode compreender uma questão ambiental sem suas dimensões políticas, econômicas e sociais. Analisar a questão ambiental apenas do ponto de vista “ecológico” seria praticar um reducionismo perigoso, no qual as nossas mazelas sociais (corrupção, incompetência gerencial, concentração de renda, injustiça social, desemprego, falta de moradias e de escolas para todos, menores abandonados, fome, miséria, violência e outras) não apareceriam. Essas mazelas, por sua vez, são criadas pelo *modelo de desenvolvimento* econômico adotado, que visa, apenas, à exploração imediata, contínua e progressiva dos recursos naturais (e das pessoas), cujo lucro do uso predatório vai para as mãos de uma pequena parcela da sociedade. Assim, privatizam-se os benefícios (lucros) e socializam-se (distribuem-se) os custos de todo o tipo de degradação (ambiental). A *decisão* política está por trás de tudo. A EA deverá fomentar processos de participação comunitária que possam, efetivamente, interferir no processo político (Dias, 2004, p. 109 grifos do autor).

Prezados leitores e prezadas leitoras, em especial gaúchos e gaúchas! O excerto destacado foi publicado há 20 anos atrás! Como é possível que esteja tão atual? O comentário do autor refere-se a uma das três finalidades da EA, aprovadas na referida Conferência que ocorreu há quase meio século, a saber: “Promover a compreensão da existência e da importância da interdependência econômica, social, política e ecológica” (Dias, 2004, p. 109). E desde então, mesmo diante da ampla divulgação do documento, ele não é conhecido por todos e todas, portanto, conseqüentemente, muito ainda precisa ser feito. Precisamos avançar, primeiramente acerca do conhecimento da Educação Ambiental, para buscar os meios de incorporá-la no nosso dia a dia.

É preciso esperar!

Este ano, uma situação climática inusitada nos surpreendeu. Jamais imaginamos um evento de tamanha magnitude. Ficamos perplexos e perplexas com o volume de chuvas e com as graves conseqüências inesperadas dela. Sabemos que em determinados lugares, a precipitação foi extraordinária. E, dependendo da região, a suba dos rios e o represamento das águas, em especial em vales e zonas ribeirinhas, pegou muita gente desprevenida. Mas também sabemos que o ocorrido na sequência das chuvas, poderia ter sido minimizado. Por exemplo, em Porto Alegre, se as bombas que escoam a água pluvial estivessem em pleno funcionamento, o alagamento da região do Mercado Público teria ocorrido?

Já em Rio Grande, cidade litorânea ao sul do Rio Grande do Sul, o alerta para a suba da Lagoa dos Patos, com potencial de inundação, foi anunciado com bastante antecedência. Porém, houve alagamento de ruas e de casas, gerando muito transtorno. Alimentos, medicamentos,

móveis, objetos, roupas, documentos, entre outros pertences, foram seriamente danificados ou perdidos. Pessoas próximas a nós perderam tudo ou quase tudo, embora com chances reais de isso não ter acontecido. Além dos bens materiais, memórias também foram perdidas. Histórias foram interrompidas, projetos adiados, enfim, muitas mudanças em um curto espaço de tempo.

Por que tantas perdas para um evento previsível aqui no sul do sul? Descrença nas previsões meteorológicas? Planejamento inadequado? Falta de ajuda para retirada e transporte de objetos maiores? Ausência de locais seguros para as pessoas levarem seus pertences? Impossibilidade de pensar que algo jamais ocorrido pudesse acontecer? Onde falhamos enquanto sociedade?

Será que os alertas foram insuficientes? Em uma linguagem inadequada? Por que notícias falsas parecem ter mais credibilidade? Tivemos uma amarga experiência em um passado recente. Por exemplo, em tempos de Covid-19, muitas pessoas deixaram de se vacinar e usaram métodos paliativos ou preventivos desaconselhados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Sabemos das consequências disso, amplamente divulgadas.

Seguimos questionando... Qual a razão das previsões climáticas não terem sido suficientemente consideradas por todos e todas? Modelos baseados na ciência e na tecnologia mostraram possibilidades reais de cheias, transbordamentos de rios, desmoronamento potencial de encostas. Onde foi parar a máxima “é melhor prevenir do que remediar”?

Além destas, muitas outras questões podem ser feitas, inclusive por cada leitor e cada leitora desta Carta Pedagógica. As respostas, sem dúvida, serão igualmente complexas e talvez levem um tempo para serem formuladas. Entretanto, é urgente colocarmos em debate o tema das mudanças climáticas, visto os anúncios frequentes de evidências da sua ocorrência. Há um fato indiscutível: as cheias no Rio Grande do Sul não foram um evento único, imprevisível, embora extraordinário.

São muitas as questões. Nossa intenção não é apontar culpados. E sim refletir criticamente sobre a realidade vivida a fim de reforçar a ideia de que juntos e juntas precisamos encontrar possibilidades viáveis para cuidar do planeta. E para isso não podemos negligenciar o papel transformador da educação.

É preciso esperar!

Faz parte deste esperar a valorização, desde já das lições aprendidas e dos saberes

construídos. Quais seriam?

Um destes saberes é a convicção de que no coletivo, na união, na parceria, na colaboração e na solidariedade torna-se possível superar e/ou minimizar velhos e novos desafios. A ajuda às pessoas desabrigadas não se intimidou diante das severas condições climáticas, nem com as fronteiras. Donativos de toda ordem e vindos de diversas partes do país e até do exterior mostraram a potência da solidariedade humana. Lição que se fortalece nas ações de muitos e muitas que diante de tamanha tragédia se sensibilizaram e agiram. Também os atingidos, mostraram empatia e compaixão com seu semelhante. Ainda, as campanhas de arrecadação financeira, diretamente a grupos específicos, como no caso de festivais para ajudar músicos e mobilizações de ordem mais geral se multiplicaram. Motivos para esperar!

Infelizmente, contudo, houve quem mostrasse seu pior lado. Por exemplo, empresas foram saqueadas, foram registrados casos de importunação sexual nos abrigos, dentre outras ações criminosas. Estas tiveram que dividir atenção dos agentes públicos, junto com resgates, organização de abrigos, distribuição de donativos, limpeza urbana, reconstrução de estradas etc.

Nada disso passou despercebido, a mídia como importante fonte de informação, apresentava e repercutia em tempo real os acontecimentos. Neste contexto, em meio aos anúncios de medidas urgentes para ações mitigadoras, houve espaço também para os que denunciaram e continuam denunciando o descaso com o ambiente, que conseqüentemente afeta, desde há muito tempo, a humanidade. Descaso que não leva em conta a intrínseca relação entre o ser humano e a natureza, levando algumas pessoas a agirem como se a sociedade pudesse existir a parte. E aqui cabe lembrar a definição de ambiente que abarca muito mais do que aspectos ecológicos. Será que esta pode ser considerada uma aprendizagem?

É preciso esperar!

Somos habitantes, por empréstimo, de um planeta finito e interligado. Assim, o nosso modo de vida precisa considerar a vulnerabilidade dos ecossistemas já tão afetados por ações que os degradam. Junta-se a isso as muitas omissões dos/das que deveriam zelar pelo planeta. Ao desconsiderar a interdependência entre as pessoas e o ambiente que as cercam, ao valorizar a ganância e o tempo presente, o nosso legado às gerações futuras ficará ainda mais comprometido.

Porém... É preciso esperar!

Por isso, cabe destacar que quanto mais estudamos, mais ampliamos nossa compreensão sobre nosso entorno, maior deve ser a responsabilidade com a nossa existência e com a de nossos irmãos e irmãs, sejam racionais ou não. Infelizmente nossa capacidade de destruir é grande, entretanto também está em nossas mãos a possibilidade de criar e reconstruir.

É preciso esperar!

E nesse sentido, realçamos a importância, de como nos alertou Dias (2004), de tratar a questão ambiental, recentemente ocorrida, não apenas pelo viés ecológico. Há que se considerar todos os aspectos que envolvem o ambiente. As questões precisam ser tratadas como socioambientais, pois o que acontece ao ambiente afeta a sociedade e vice e versa.

Mas temos um desafio importante: como fazer chegar a todos e todas estas considerações? Destaca-se aqui o papel da Educação em seu abrangente sentido. Educação formal e não formal, Educação básica, de nível técnico e superior. Convém considerar ainda espaços educativos que incluem setores da sociedade empenhados na busca pelo conhecimento para além dos muros das escolas, das universidades, dos institutos federais, por exemplo.

Temos saberes ancestrais a serem valorizados, como os dos povos originários e tradicionais. Tanto quilombolas, quanto indígenas possuem uma identidade própria e de importância cultural ímpar e têm muito a nos ensinar. Entendemos cada espaço educativo como espaço/tempo para promover saberes e desenvolver o pensamento crítico, em diferentes níveis.

É preciso esperar!

Nesta Carta Pedagógica compartilhamos o entendimento da Educação como ato político, em sintonia com o abordado até o momento e com a nossa principal referência, o Patrono da Educação Brasileira, desde 2012, Paulo Freire:

Uma educação pelo trabalho, que estimule a colaboração e não a competição. Uma educação que dê valor à ajuda mútua e não ao individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade, e não a passividade. Uma educação que se fundamente na unidade entre a prática e a teoria, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e que, por isso, incentive os educandos a pensar certo. Uma educação que não favoreça a mentira, as ideias falsas, a indisciplina. **Uma educação política, tão política quanto qualquer outra educação, mas que não tenta passar por neutra.** Ao proclamar que não é neutra, que a neutralidade é impossível, afirma que a sua política é a dos interesses do nosso Povo (Freire, 1992, p. 79-80, grifos nossos).

Sem a intenção de polemizar, compreendemos que se a educação cumprisse seu papel,

já abarcaria a Educação Ambiental. Por isso, trataremos aqui da educação, que precisa ser considerada como prioridade, pois é a base da transformação social. Esta necessita incorporar a participação popular a fim de ser pensada “com” e “para” o povo. Requer ser crítica, transformadora, sensível e amorosa.

Sabemos que as mazelas sociais agravadas por fatores climáticos afetam a todos e todas, mas infelizmente em maior escala atingem os/as mais vulneráveis. O povo sofrido tem sido silenciado diante das catástrofes cada vez mais presentes. As soluções para tais questões são urgentes, porém dificilmente serão encontradas em curto prazo, sem a contribuição de todos e todas. Não há soluções mágicas!

Portanto, a Educação é essencial, ao possibilitar a democratização do conhecimento para além do ambiente acadêmico. É fundamental para que possamos pensar criticamente e com isso, realizar ações que contribuam com a manutenção de uma sociedade economicamente justa, democrática e ambientalmente sustentável.

É preciso esperar!

Viver e educar são condições políticas inerentes à nossa condição social. Logo, envolvem a consideração da condição de classe também. Para estabelecer uma Educação Política na acepção freireana do termo, nada melhor do que pensá-la na realidade, na transformação do ser humano, como um ser social, consciente. Isso implica na não naturalização dos eventos climáticos, desassociada da prevenção.

Não é possível entender-me apenas como classe, ou como raça ou como sexo, mas, por outro lado, minha posição de classe, a cor de minha pele e o sexo com que cheguei ao mundo não podem ser esquecidos na análise do que faço, do que penso, do que digo. Como não pode ser esquecida a experiência social de que participo, minha formação, minhas crenças, minha cultura, minha opção política, minha esperança (Freire, 2007, p.18).

Neste sentido, a título de exemplo, é inadmissível planejar as necessárias realocações das pessoas afetadas diretamente pelas inundações, sem considerar o que elas têm a dizer. A ocupação de áreas de risco não é uma opção, na maioria dos casos. Há, de certo modo uma complacência do poder público que, não raras vezes, urbaniza áreas pela pressão social, que jamais poderiam ser habitadas. Frequentemente há um descaso, pois se nega condições adequadas de moradia às populações de baixa renda, por diversos motivos. Isso fatalmente

resultará em necessárias ações emergenciais em casos de catástrofes como foram observadas no outono gaúcho.

Por outro lado, grandes empreendimentos, públicos e/ou privados, vão “empurrando”, literal e metaforicamente as pessoas para lugares menos valorizados e mais suscetíveis. Soma-se a isso, um déficit habitacional, não apenas por falta de moradias, mas por distribuição desigual. Quantos prédios públicos e privados estão subutilizados ou abandonados? Quantos imóveis servem apenas para a especulação imobiliária? Urge mais justiça social neste quesito.

É preciso esperar!

Reiteramos que a discussão a ser feita sobre esta temática inclui considerar os afetados e as afetadas e o maior número possível de atores e atrizes sociais. Tudo está interligado, portanto a conscientização sobre a realidade que temos e a que queremos/podemos ter é imprescindível para tomada de atitude em relação a si, ao ambiente e aos outros e às outras. E não apenas em tempos de catástrofes! Para Freire,

Se antes a transformação social era entendida de forma simplista, fazendo-se com a mudança, primeiro das consciências, como se fosse a consciência de fato, a transformadora do real, agora **a transformação social é percebida como processo histórico** em que subjetividade e objetividade se prendem dialeticamente. Já não há como absolutizar nem uma nem outra. [...] **Agora já não é possível texto sem contexto** (Freire, 1992, p. 30, grifos nossos).

Concordamos integralmente com o autor e salientamos ainda que para Freire (2007, p.16): “consciência e mundo não podem ser entendidos separadamente, dicotomizadamente, mas em suas relações contraditórias. Nem a consciência é a fazedora arbitrária do mundo, da objetividade, nem dele puro reflexo”.

Diante disso, é importante considerar que nada ocorre descolado do contexto em que as pessoas vivem. Portanto, nem a educação, nem a política se dão no abstrato. Em tempos de profundo pesar com o que ocorreu no Rio Grande do Sul no outono deste ano, a reflexão, mobilizadora das ações necessárias, precisa levar em conta todas as pessoas atingidas. Significa que a educação precisa ser considerada uma aliada, não apenas na prevenção de futuros desastres.

É preciso esperar!

O hoje tem que estar na pauta das ações realizadas que pretendam um futuro melhor. E isso

também envolve a preparação para o enfrentamento de possíveis novas tragédias. O conhecimento dos aspectos geográficos, ecológicos, culturais, econômicos e sociais, dentre outros, de uma determinada região precisa ser aprofundado, contextualizado e socializado. É preciso esperar no sentido freireano! “Não é, porém, a esperança um cruzar de braços e esperar. Movo-me na esperança enquanto luto e se luto com esperança, espero” (Freire, 2005, p. 95).

É preciso esperar! Mas, nos adverte Freire, há que se lutar!

Precisamos também de uma ação libertadora! E ainda estarmos bastante atentos e atentas, visto que “conceitos como os de união, de organização, de luta, são timbrados, sem demora, como perigosos. E realmente o são, mas, para os opressores. É que a praticização destes conceitos é indispensável à ação libertadora” (Freire, 2005, p. 161). Assim, a organização da sociedade é fundamental.

Além disso, o que ocorreu no Rio Grande do Sul mostrou a importância de um conhecimento local o qual não pode estar deslocado de um todo. Haja visto, por exemplo, as inundações sofridas nas cidades de Rio Grande e Pelotas, a partir das chuvas torrenciais que ocorreram no Vale do Taquari, longe muitos quilômetros. Por quê? Estas cidades situam-se próximas da desembocadura de uma laguna, a Lagoa dos Patos que ao desaguar no Oceano Atlântico, trouxe consigo muita água e muito do que “varreu” no seu percurso desde o Lago Guaíba⁴, localizado na capital Porto Alegre, distante mais de 300 quilômetros.

Portanto, não é possível pensar em uma educação local, neutra e genérica, pois será insuficiente conscientizar as pessoas dos riscos que correm diante de previsões climáticas, cada vez mais assertivas. Há necessidade de junto com isso, problematizar com elas as condições nas quais estão inseridas para buscar soluções definitivas e não paliativas. Soluções que sejam abrangentes, pois todos e todas estão vulneráveis, uma vez que o que ocorre nas periferias, afeta os centros urbanos e vice versa. Assim como o que acontece na região da Serra Gaúcha pode afetar o litoral sul, como observado recentemente.

É preciso esperar!

⁴ Embora tenhamos usado o termo Lago Guaíba, sabemos que o fato de o Guaíba ser considerado rio ou lago é ainda uma questão polêmica e antiga que se vincula à legislação ambiental. Diante disso sugerimos a leitura da reportagem: Guaíba é rio ou lago? Especialistas explicam a polêmica. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/guaiba-e-rio-ou-lago-especialistas-explicam-a-polemica/>> Acesso em 4.jul.2024

Para tanto, a busca deve ser por uma educação “com” e “para” o povo conforme já foi dito. Na perspectiva freireana, uma educação que seja crítica e libertadora e que chame as pessoas, homens e mulheres para a ação.

O importante, do ponto de vista de uma **educação libertadora**, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, **os homens se sintam sujeitos** de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros (Freire, 2005, p. 139, grifos nossos)

No evento climático extremo que vivemos recentemente, a enchente histórica de 1941 foi trazida à tona, pois era referência até então da subida máxima do nível do Lago Guaíba em Porto Alegre. As ações decorrentes daquele evento climático foram realizadas de modo a proteger a região metropolitana de novas ocorrências. Todavia, a manutenção necessária não foi realizada a contento, pegando “desprevenidas” as autoridades. Assim o que se viu superou o ocorrido em 1941, não apenas nas subas das águas.

Além disso, o mundo mais tecnológico, mais informatizado, com modelos de previsão climáticas mais robustos, não foi suficiente para minimizar os efeitos de chuvas acima da média para o mês de maio. Sobre isso já tratou Freire na obra *Política e Educação*, lançada no início dos anos de 1990. Como é possível depreender, as ideias freireanas nunca estiveram tão atuais, ratificadas pelo excerto destacado a seguir.

A prática política que se funda na compreensão mecanicista da História, redutora do futuro a algo inexorável, “castra” as mulheres e os homens na sua capacidade de decidir, de optar, mas não tem força suficiente para mudar a natureza mesma da História. Cedo ou tarde, por isso mesmo, prevalece a compreensão da História como possibilidade, em que não há lugar para as explicações mecanicistas dos fatos nem tampouco para projetos políticos de esquerda que não apostam na capacidade crítica das classes populares (Freire, 2007, p. 17).

A História se faz, não está dada, é algo a ser construído! Diante disso, é urgente que a formação das pessoas inclua a dimensão política! Não se trata aqui de uma visão partidária, mas de uma visão na qual estejam presentes alguns questionamentos fundamentais, a saber: a favor de quem? Contra quem? A favor do quê? Contra quê? Estamos ensinando ainda para quê mundo? Por que deste modo e não do outro? Tais questões trazidas por Freire na obra *Pedagogia da Esperança* referem-se a uma discussão feita pelo autor em relação ao ato de ensinar e de

aprender e a escolha dos conteúdos. Guardadas as devidas proporções, julgamos pertinente trazer a citação, que pode ser adaptada a um contexto educativo mais amplo.

O problema fundamental, de natureza política e tocado por tintas ideológicas, é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de que estará o seu ensino, contra quem, a favor de que, contra que. Qual o papel que cabe aos educandos na organização programática dos conteúdos; qual o papel, em níveis diferentes, daqueles e daquelas que, nas bases, cozinheiras, zeladores, vigias, se acham envolvidos na prática educativa da escola; qual o papel das famílias, das organizações sociais, da comunidade local? (Freire, 2006, p. 110).

A escolha deste excerto quer chamar a atenção para a necessidade, já explicitada, de considerar todas as pessoas envolvidas para participar do processo educativo. Processo que sendo político e democrático, requer a participação popular. Neste caso, os/as integrantes da escola citados/as por Freire, como por exemplo, as cozinheiras que têm o seu saber de experiência feito. E do mesmo modo, os/as ribeirinhos/as, os/as agricultores/as, os/as pescadores/as, a título de exemplo, teriam muito a dizer.

É preciso esperar!

Destarte, considerando a educação no seu sentido mais amplo, a comunidade deve ser ouvida. Entendemos que a reconstrução das escolas, não apenas na questão da infraestrutura, precisa incluir a participação de toda a comunidade, em especial a afetada. Assim, a retomada da normalidade diante do que ocorreu precisa levar em conta que todos e todas são capazes de colaborar na definição dos rumos a serem seguidos. Afinal, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 2005, p. 98).

É preciso esperar!

Na nossa compreensão, este é um dos caminhos a ser seguido na busca de uma educação libertadora. A educação entendida como um ato político não se dá no vazio, depende das condições conjunturais e precisa estar implicada com a realidade dos/das integrantes da comunidade. É por isso que estamos trazendo nesta Carta Pedagógica a questão recente das enchentes no Rio Grande do Sul. O contexto atual está servindo de referência para pontuarmos aspectos que julgamos fundamentais no cenário gaúcho. Aspectos que na ótica de duas educadoras são pertinentes e necessários para uma análise crítica da realidade.

É preciso esperar!

As ideias trazidas para a presente Carta servem de alerta para nós enquanto educadoras,

cujo compromisso é estar em constante reflexão sobre a realidade. No atual momento, essa reflexão exige coragem para fazermos as denúncias e os anúncios necessários que possam contribuir com a discussão acerca dos últimos acontecimentos. Não é possível apenas assistir os noticiários como telespectadores/as entretidos/as e não se indignar diante de tamanho caos. Mas o que fazer com o que sentimos e pensamos? É preciso encontrar espaços para manifestar nossas ideias, o que estamos fazendo por meio desta Carta Pedagógica.

Nesta perspectiva, é dever de todos e de todas fazer a denúncia de situações desumanizadoras e que colocam em risco a nossa existência planetária. Bem como, anunciar medidas e escolhas que contribuam para a melhoria de vida das pessoas. Denúncia e Anúncio são categorias freireanas que dialogam com a nossa perspectiva de uma educação política.

Para mim, ao repensar nos dados concretos da realidade, sendo vivida, o pensamento profético, que é também utópico, implica a *denúncia* de como estamos vivendo e o *anúncio* de como poderíamos viver. É um pensamento esperançoso, por isso mesmo. É neste sentido que, como o entendo, o pensamento profético não apenas fala do que pode vir, mas, falando de como está sendo a realidade, *denunciando-a*, *anuncia* um mundo melhor. Para mim, uma das bonitezas do anúncio profético está em que não anuncia o que virá necessariamente, mas o que pode vir, ou não. O seu não é um anúncio fatalista ou determinista. Na real profecia, o futuro não é inexorável, é problemático. Há diferentes possibilidades de futuro. Reinsisto em não ser possível *anúncio* sem *denúncia* e ambos sem estarem de uma certa posição em face de ser o que *está* ou *vem sendo* o ser humano. [...]. A natureza humana se constitui social e historicamente (Freire, 2000, p. 118-119, grifos do autor).

Também para nós a “natureza humana se constitui social e historicamente” como foi citado. Por isso, acreditamos que a realidade não é, está sendo, está se construindo na medida de nossas intervenções. Da mesma forma, nos constituímos na medida em que ao vivermos, nos fazemos presentes de fato na vida e não apenas passemos por ela. Isso implica em estarmos vinculadas diretamente à realidade que nos cerca. Vínculo que nos exige ação e reflexão sobre a ação.

É preciso esperar!

Ao longo desta Carta, temos reiteradamente repetido esta afirmação, caros leitores e caras leitoras. Há um motivo para isso. Queremos fixar esta ideia de que diante de situações de crise, que nos paralisam, precisamos retomar nossos referenciais para poder avançar. A Esperança é uma categoria freireana! Freire nos alertou para um esperar, não como pura

espera, mas como um sentimento que precisa estar conosco na construção de um novo devir. A esperança em dias melhores não pode ser uma acomodação para uma “espera” passiva e acrítica. A esperança em Freire nos convida a olhar criticamente para a realidade e a partir dela, com ela, construímos alternativas.

Para Freire,

A esperança faz parte da natureza humana. [...] A esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário [...] A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria História, mas puro determinismo. Só há História, onde há tempo problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História (Freire, 1997, p. 80-81).

Na mesma linha de pensamento, entendemos a importância de esperar ainda que os tempos sejam de desesperança, a qual “não é a maneira de estar sendo natural do ser humano, mas distorção da esperança” (Freire, 1997, p.81).

Já, para Streck

Paulo Freire integra a esperança não apenas em seus escritos pedagógicos. Ela faz parte de seu ser no mundo e alimenta a sua busca e as suas lutas, seja entre os camponeses nordestinos, com estudantes universitários, seja na gestão pública. A esperança baseada na ação impede tanto a acomodação pragmática à realidade quanto a fuga para idealismos incapazes de interferir na história (Streck, 2010, p. 161)

Então, é preciso esperar! O momento ainda é doído, não superamos plenamente a tragédia. Tudo é muito recente. Provavelmente conviveremos com as marcas do ocorrido por algum tempo. Há muito o que fazer: planejar, limpar, reconstruir e construir. Também há muito a ser feito com relação aos aspectos emocionais, psicológicos e afetivos das pessoas envolvidas. Inclusive escutar amorosamente e com sensibilidade os/as que desejam partilhar suas dores e alegrias conosco. Também é tempo de compartilhar ideias sobre a importância da educação como ato político, como salienta Freire. Educação que precisa estar preocupada com a realidade, tanto quanto com as pessoas que vivem tal realidade.

A esperança na perspectiva de Freire, não é uma espera vã. A certeza de que estamos juntos e juntas na busca de dias melhores necessita acompanhar este esperar. Esperar a ser assumido como uma premissa para as atitudes tomadas hoje e que reverberarão em um futuro melhor.

Cabe destacar que a escrita desta Carta Pedagógica se configurou em um momento ímpar diante da atual realidade do nosso querido Rio Grande do Sul. Gaúchas por nascimento, amamos esta terra que “tem um céu azul, é só olhar e ver”. Foi triste ver tanto sofrimento ao longo de muitos e muitos dias, acompanhar cada previsão de chuva e a concretização das previsões... Entretanto, estivemos juntas, mesmo que distantes. E esta escrita segue nos unindo por uma causa comum: educadoras em um tempo de tamanho esperar...

Escrever esta Carta ainda representou para nós um momento de encontro, possível por meio da tecnologia, pois mais de 300 quilômetros nos separam/unem. Então, rotineiramente nos reunimos por uma plataforma para encontros on-line bastante conhecida, o *Google Meet*. Ao acompanhar as notícias nas mídias, e os relatos de familiares, amigos, amigas, vizinhos e vizinhas sobre o ocorrido, íamos elaborando o texto que apresentamos.

Gaúchos e gaúchas, destacamos também a importância da escrita, que nos faz e refaz. Na medida em que íamos escolhendo as palavras, organizando as ideias, buscando referenciais que nos apoiariam na elaboração do texto, internamente também nos organizávamos. Sem dúvida todo este processo nos fortaleceu!

Os tempos são desafiadores, mas a realidade não está dada. A realidade está sendo construída e reconstruída por todos e todas, com muito afinho. As mudanças climáticas são reais. Precisamos nos desacomodar, precisamos enfrentar e lutar onde e como pudermos para que os compromissos de uma transformação social, assumidos pelo poder público, sejam cumpridos com vistas a um mundo melhor. E, ao mesmo tempo, não perder a esperança!

O ambiente em seus múltiplos aspectos pede nossa atenção. Nossas ações reverberam, não estamos isolados e isoladas. O que fizermos de bom ou ruim à natureza, trará consequências.... Portanto, passado o pior momento, é hora de, ao estarmos cientes do ocorrido, com o entendimento das suas causas e suas consequências, nos mantermos unidos/as para juntos e juntas nos encorajarmos para seguir a luta.

É preciso esperar!

A reconstrução necessária de grande parte de nosso Rio Grande do Sul passa por processos fundamentais de leitura da realidade a fim de que não apenas possamos mitigar os problemas, mas sobretudo preveni-los. Diante disso, há muito o que fazer e nesse sentido a educação é uma aliada indispensável. Porém, ressaltamos, não estamos nos referindo a qualquer

educação. Ela precisa ser libertadora, crítica, amorosa, sensível e transformadora de todas as pessoas envolvidas no processo educativo.

Encerramos esta Carta com uma estrofe de uma canção bastante ouvida ultimamente. Céu, Sol, Sul, Terra e Cor de autoria de Leonardo⁵. Há termos próprios que o autor usa para se referir ao nosso estado, mostrando nossa identidade, construída com a contribuição de diversas culturas que se amalgamam. A música traduz o nosso sentimento de amor pelo chão gaúcho! Sentimento que foi e está sendo força para a reconstrução! Sigamos fortes e vigilantes.

É preciso e é tempo de esperar!

Um forte abraço, cheio de afeto!

Fiquem bem!

É o meu Rio Grande do Sul
Céu, Sol, Sul, terra e cor
Onde tudo o que se planta cresce
E o que mais floresce é o amor

Rio Grande, Porto Alegre, maio a julho de 2024.

Referências

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental**: princípios e prática. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 27. ed. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1992. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 4)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 48. ed. Rio de Janeiro de: Paz e Terra, 2005.

⁵<Disponível em < <https://www.letras.mus.br/leonardo-gaucho/351372/>> acesso em 4.jul.2024

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Fazer a aula com Cartas Pedagógicas: legado de Paulo Freire e experiência de reinvenção no ensino superior. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 11, e 035283, p. 1-20, 2021. DOI: <https://doi.org/10.35699/2237-5864.2021.35283>.

STRECK, Danilo. Esperança. *In*: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed., rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 65-66.

VIEIRA Adriano. Cartas Pedagógicas. *In*: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed., rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 65-66.

Submissão em: 07/07/2024

Aceito em: 30/09/2024

Referências conforme normas da:



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA
DE NORMAS
TÉCNICAS